

## Escolas de Aprendizizes Artífices do Brasil e as pesquisas sobre a Escola de Natal no Rio Grande do Norte

Tatiana Dantas dos Santos<sup>i</sup> 

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Lenina Lopes Soares Silva<sup>ii</sup> 

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz e Natal, RN, Brasil

Olivia Morais de Medeiros Neta<sup>iii</sup> 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

1

### Resumo

Objetiva-se mapear na pós-graduação *stricto sensu*, do Brasil, de 1997 a 2020, os conhecimentos produzidos sobre as Escolas de Aprendizizes Artífices, visando a analisar os estudos que se dedicaram, especificamente, à Escola de Natal, no Rio Grande do Norte. Optou-se pela busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por esse possibilitar a elaboração de um panorama nacional dessa produção. Essa investigação se enquadra na categoria de pesquisa na *internet* com abordagem qualitativa, básica, exploratória, descritiva e explicativa. Na busca realizada no dia 20 de julho de 2020 foi usado o descritor “Escola de Aprendizizes Artífices”, entre aspas duplas, tendo como retorno de 37 trabalhos: 13 teses, 22 dissertações acadêmicas e 2 profissionalizantes, com apenas 3 trabalhos que se encaixam na proposta de análise. Tem-se a expectativa de que o resultado dessa pesquisa promoverá maior facilidade a quem busca por estudos antecedentes sobre as Escolas de Aprendizizes Artífices do Brasil com ênfase ou não na de Natal.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizizes Artífices. Escola de Aprendizizes Artífices de Natal. História da Educação Profissional.

### Schools of Artificial Apprentices in Brazil and research on the Escola de Natal in Rio Grande do Norte

### Abstract

The objective is to map, in *stricto sensu* postgraduate studies, in Brazil, from 1997 to 2020, the knowledge produced about the Artificial Apprentice Schools, aiming to analyze the studies that were specifically dedicated to the Natal School, in Rio Grande do Norte. We chose to search the Theses and Dissertations Catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, as this allows for the elaboration of a national panorama of this production. This investigation falls into the category of internet research with a qualitative, basic, exploratory, descriptive and explanatory approach. In the search carried out on July 20, 2020, the descriptor "School of Apprentice Craftsmen" was used, in double quotation marks, returning 37 works: 13 theses, 22 academic dissertations and 2 professional ones, with only 3 works that fit the analysis proposal. It is expected that the result of this research will make it easier for those looking

for previous studies on the Schools of Craft Apprentices in Brazil with or without emphasis on the one in Natal.

**Keywords:** Craft Apprentice School. School of Apprentice Craftsmen of Natal. History of Professional Education.

## 1 Introdução

2

A história da educação profissional, no Brasil, tem como um de seus marcos estruturais em todo território nacional a primeira década do Século XX. Essa é uma história de lutas sociais e de conquistas que se mesclam ao reconhecimento de algumas instituições como sendo o espaço por competência da formação técnica de trabalhadores e trabalhadoras do país ao longo de mais de um século. Todavia, antes de 1909 o Brasil apresentava experiências com educação profissional, pois desde a Colônia foram estabelecidos núcleos de formação profissional nos colégios e residências jesuítas, os quais revelaram-se como os primeiros no ensino de ofícios (MANFREDI, 2017).

A criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, por Nilo Peçanha, em todo o território brasileiro, pode ser considerada como uma das principais ações políticas direcionadas à formação dos pobres. O contexto social da época mostrava que várias pessoas viviam sem ocupação ou conhecimento de um ofício. Essas pessoas começavam a ocupar as ruas das capitais brasileiras, o que exigia ação das autoridades para a preparação de cidadãos úteis à sociedade e também para o controle de cenários de aumento da criminalidade.

Destacamos, nessa política de educação profissional de abrangência nacional, o papel social desempenhado para o desenvolvimento econômico dos trabalhadores e do país e, de correlata maneira, a formação para o trabalho por meio de uma educação para essa finalidade. Todavia, uma análise mais acurada desenvolvida por estudiosos como Ciavatta e Ramos (2011), Kuenzer (1994) e Moura (2007) sinalizam que essa forma de educação contribuiu, em igual medida, para mostrar a dualidade existente entre a formação da classe trabalhadora e a da classe considerada elite no país.

No momento em que o mundo vive desafios inimagináveis para a formação dos novos trabalhadores envolvidos em flexibilizações desordenadas e precarizações acentuadas das relações trabalhistas, as políticas de educação para o trabalho buscam novas posturas formativas e novos modos de educar para formas de trabalho cada vez mais tecnológicas e virtuais. Então, entender como as Escolas de Aprendizizes Artífices se desenvolveram ao longo do tempo é vital para a compreensão do estado atual da educação para o trabalho no Brasil. Por essa razão, a problematização que envolve esse estudo tem essa preocupação como guia.

Nos últimos anos, alguns estudos têm mostrado as Escolas de Aprendizizes Artífices do Brasil como espaço de pesquisa, principalmente para historiadores da educação, a exemplo dos estudos já citados, pois esses, mesmo não fazendo estudos específicos sobre essas Escolas, as utilizam como argumentações substantivas sobre educação profissional e/ou educação para o trabalho em uma perspectiva histórico-crítica.

Diante dessas constatações, e considerando a relevância dessas Escolas para o desenvolvimento do país, este estudo traz como proposição delinear um panorama das pesquisas já desenvolvidas no Brasil sobre elas, no sentido de dar maior visibilidade a esses estudos. Assim, esperamos possibilitar uma interação mais proativa entre os pesquisadores de história da educação com foco na história da educação profissional e os pesquisadores da área de políticas de educação e trabalho. Nos questionamos sobre o que tem sido pesquisado sobre essas Escolas, os “onde” e os “como”, e o que os estudos têm focalizado em suas investigações sobre a Escola de Aprendizizes Artífices de Natal?

Este artigo tem como objetivo mapear a produção do conhecimento que tenha como temática de estudo as Escolas de Aprendizizes Artífices, na Pós-Graduação *stricto sensu*, do Brasil, de 1997 a 2019. Salientamos que a análise focalizará nos estudos cujo *locus* seja a Escola de Aprendizizes Artífices de Natal, por esse ser o espaço de pesquisa no qual desenvolvemos outros estudos acerca dessa instituição

e de políticas para a educação profissional. Assim, visamos a construir um panorama histórico dos estudos encontrados sobre o tema para apresentá-los, mostrando onde foram produzidos no espaço brasileiro.

Optamos por fazer o levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consultado como repositório oficial de coleta de dados por esse agregar toda a produção *stricto sensu* do país. Sendo assim, essa pesquisa se enquadra na categoria de pesquisa na *internet* (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2015), com abordagem qualitativa e básica. Quanto aos objetivos, podemos considerá-la como exploratória, histórico-descritiva e explicativa.

Para prosseguir com o artigo, estruturamos os demais tópicos delineando uma breve apresentação das Escolas de Aprendizes Artífices com os marcos legais que, direta e indiretamente incidiram sobre mudanças em sua institucionalidade e sua organização, acoplamos os procedimentos metodológicos com os achados da pesquisa, bem como com a descrição da análise dos resultados e a discussão com a análise do que foi delimitado; por fim, trazemos as considerações finais e as referências.

## 2 As Escolas de Aprendizes Artífices e seus principais marcos histórico-legais (1909-2014)

Quando colocamos as Escolas de Aprendizes Artífices em uma linha do tempo, podemos verificar as diversas mudanças pelas quais elas vêm passando ao longo de sua história, o que pode ser verificado pelos marcos legais que regulamentaram e regulamentam tais mudanças em seu processo histórico. Esses marcos histórico-legais ora implicam mudanças na institucionalidade, ora sua organização e estrutura de ensino. O Quadro 01 mostra, em síntese, essas mudanças.

**Quadro 01** – Marcos Histórico-Legais da Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal, Brasil (1909–2014) e suas mudanças

ANO	MARCOS LEGAIS	Origem e mudanças institucionais e organizacionais
1909	Decreto nº 7.566	Institui as Escolas de Aprendizes e Artífices (19 unidades).
1927	Decreto nº 5.241 "Projeto de Fidélis Reis"	Torna a oferta de ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União.
1931	Decreto nº 19.850	Cria o Conselho Nacional de Educação e estabelece um representante do ensino secundário federal como membro do Conselho.
1937	Lei nº 378	As escolas de aprendizes artífices são transformadas em liceus.
1942	Decreto-Lei nº 4.073 "Reforma Capanema"	O ensino profissional passa a ser considerado de grau secundário (nível médio).
	Decreto-Lei nº 4.127	Institui as escolas técnicas e as escolas industriais, extinguido os liceus.
1959	Lei nº 3.552	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.
1961	Lei nº 4.024	Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), concluintes de cursos de educação profissional passam a poder ingressar no ensino superior.
1994	Lei nº 8.948	Transforma as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.
1996	Lei nº 9.394	Segunda LDB dispõe sobre a Educação Profissional em capítulo próprio.
2004	Decreto nº 5.154	Integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	Lei nº 11.195	Revoga a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, no que diz respeito à expansão da oferta da Educação Profissional (+60 unidades).

2006	Decreto nº 5.773	Regula os cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
2008	Lei nº 11.892	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).
2014	Lei nº 13.005	Amplia a oferta de vagas de educação superior na RFEPECT através da expansão e interiorização, atingindo a marca de 562 unidades em atividade no país.

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa e nas informações do MEC (s/d).

Observamos que as Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas em cada capital dos estados brasileiros daquela época através da promulgação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha, como uma política pública educacional voltada às classes proletárias. Essas escolas foram inauguradas entre janeiro de 1910 e maio de 1911, como é apresentado na Figura 01.

Figura 01 - Datas de inauguração das Escolas de Aprendizes Artífices (1910 – 1911)

ESTADOS	Data de instalação	Matrícula	Frequência média	Coefficiente da frequência
Amazonas.....	1 de Outubro de 1910.....	70	40	57.1 %
Pará.....	1 ª Agosto ª ª.....	95	74	77.8 %
Maranhão.....	16 ª Janeiro ª ª.....	104	67	64.4 %
Piauí.....	1 ª ª ª ª.....	83	46	55.4 %
Ceará.....	24 ª Maio ª ª.....	82	72	87.8 %
Rio Grande do Norte.....	1 ª Janeiro ª ª.....	83	58	69.8 %
Pernambuco.....	5 ª ª ª ª.....	134	102	76.1 %
Pernambuco.....	16 ª Fevereiro ª ª.....	125	75	60.0 %
Alagoas.....	21 ª Janeiro ª ª.....	151	94	62.2 %
Sergipe.....	1 ª Maio ª 1911.....	120	75	62.5 %
Bahia.....	2 ª Junho ª 1910.....	68	52	76.4 %
Espirito Santo.....	24 ª Fevereiro ª ª.....	166	95	57.2 %
Rio de Janeiro.....	23 ª Janeiro ª ª.....	273	182	66.6 %
S. Paulo.....	24 ª Junho ª ª.....	120	105	87.5 %
Paraná.....	16 ª Janeiro ª ª.....	293	191	65.1 %
Santa Catharina.....	1 ª Setembro ª ª.....	130	98	75.3 %
Minas Geraes.....	9 ª ª ª ª.....	60	52	86.6 %
Goyaz.....	1 ª Janeiro ª ª.....	68	49	72.0 %
Matto Grosso.....	ª ª ª ª.....	84	58	69.0 %

**Fonte:** Ministerial Report: Agricultura (s/d).

Essas escolas visavam a habilitar técnica e intelectualmente, de forma gratuita, os “filhos dos desfavorecidos da fortuna” para “vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência” (BRASIL, 1909, s/p). Todas elas eram mantidas pelo Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, posto que o Ministério da Educação ainda não havia sido criado no país, o que só veio a ocorrer através do Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930, sob a nomenclatura de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

As Escolas de Aprendizes Artífices têm, desde sua criação, assumido como missão a preparação das classes “menos favorecidas” para trabalhos manuais de maneira a suprir as necessidades industriais e comerciais. Essa missão foi regulamentada no Decreto de criação, tendo em vista a previsão de que as oficinas a serem ministradas deveriam ser as mais convenientes e necessárias ao Estado e à sua indústria local, de acordo com o Art. 2º (BRASIL, 1909). Contudo, cada aluno só poderia cursar uma oficina, conforme Art. 7º (BRASIL, 1909). Notamos também que a instrução intelectual ofertada se limitava, no início, ao ler, ao escrever e ao contar, e quando necessário, ao ofício de desenho, o que limitava a formação a um perfil técnico e mercantil, condicionado à aceitação das condições que lhes fossem oferecidas.

Para Ciavatta e Ramos (2011), isso pode ser explicado com o apoio de Gramsci, que tece uma crítica a esse tipo de escola capitalista que gera dualidade na formação de pobres e ricos. Nessa escola, aos ricos é dedicada uma educação formativa, e aos pobres é ofertada uma educação “interessada” que seria apenas para gerar lucro para o mercado capitalista. Para essas autoras, a formação integral seria a ideal, no sentido de que fosse dado acesso a conhecimentos culturais, científicos, técnicos, tecnológicos e profissionais para formar o cidadão com leitura e compreensão crítica da sua realidade social.

Porém, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices foi, sem dúvida, relevante naquele momento histórico para que os filhos das classes trabalhadoras

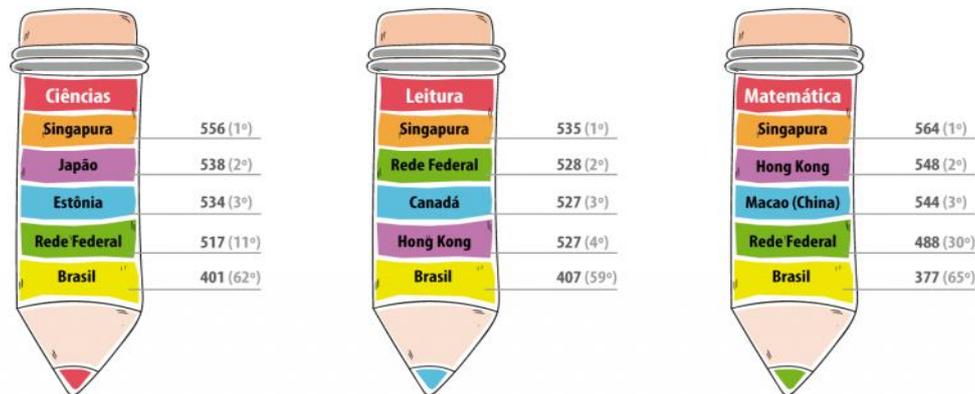
tivessem uma formação mínima garantida, podendo, assim, obter meios de desempenhar uma profissão e se auto/identificar como cidadão. Além disso, seu decreto de criação, embora seja a base para a legislação atual sobre educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, o que se tem hoje é a oferta dessa através da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT). Rede que tem atingido níveis de formação profissional altamente qualificados, conforme os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os quais apontam que, se fosse um país, a Rede Federal estaria entre os primeiros colocados nas áreas analisadas (IFB, 2016). Contudo, é imprescindível que se reconheça, conforme Carvalho *et al* (2021, p. 9) que

[...] As adulterações ocorridas na educação e no trabalho por meio do capital na sociedade contemporânea é coberta de retrocessos em meio a crises que só aumentam a cada dia, na qual o capital opera com sua destrutividade massivamente tanto na educação, causando estreitamento no acesso ao conhecimento, quanto nos postos de trabalho, com a exploração da força de mão de obra assalariada.

Observa-se, assim, que entre retrocessos e crises, conforme sugerem os autores supracitados a Rede Federal, embora não consiga atender massivamente os jovens brasileiros, em seu percurso histórico tem conseguido avançar em termos da qualidade da educação que oferece. A Figura 02 apresenta a pontuação dos conhecimentos em ciências, leitura e matemática dos países avaliados pelo PISA no ano de 2015, com os melhores desempenhos em comparação à RFEPCT. Essa informação reforça a necessidade de pesquisas sobre essas escolas no sentido de mostrar que, em educação, a história é a base para a solidificação de conhecimentos e práticas.

**Figura 02** - Desempenho da Rede Federal no Pisa- 2015

Desempenho da Rede Federal no PISA 2015



Fonte: Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - 2015

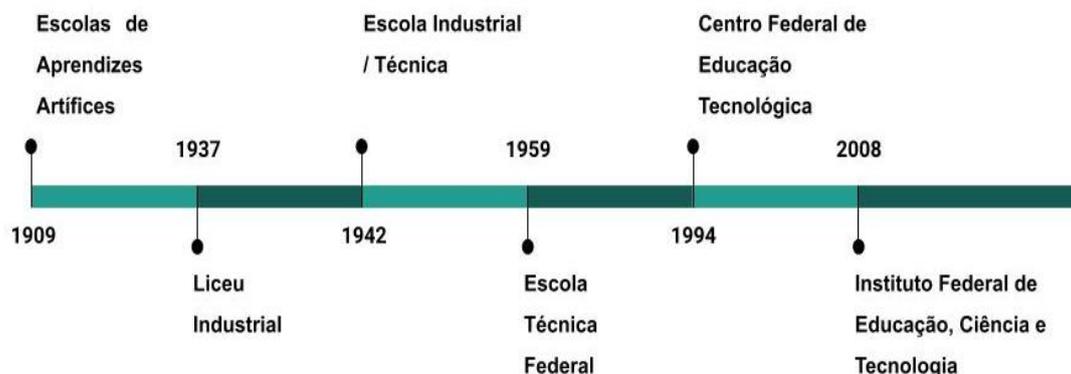
Fonte: IFB (2016).

Ao longo de sua história, as Escolas de Aprendizes Artífices têm demonstrado crescimento em termos de nível de ensino e melhoria da qualidade da educação ofertada, o que, de certo modo, contribui para o aumento da quantidade de unidades de ensino em todo o território nacional, conforme mostramos no Quadro 01.

Vale lembrar que essas Escolas foram criadas em todos os estados do país, o que já denotava cobertura nacional, e elas se tornaram referência para o ensino profissional quando sua abrangência foi ampliada ao longo de sua existência sobre diversas nomenclaturas. No momento atual, através da Lei nº 11.892/2008, elas passaram a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais, sendo declaradas instituições de educação superior, básica, profissional e tecnológica equiparadas às universidades federais.

É relevante destacar também que, inicialmente, as Escolas de Aprendizes Artífices ofertavam ensino profissional de nível elementar, e que só em 1942 passaram a ser consideradas escolas de nível médio. A partir de 2006 são regulamentadas as ofertas de cursos de graduação e sequenciais, pelo que consideramos ser esses os marcos-históricos que implicaram mudanças organizacionais. No entanto, as principais mudanças acarretaram novas institucionalidades, como as apresentadas na Figura 03.

Figura 03 - Marcos Institucionais das Escolas de Aprendizizes Artífices (1909-2020)



Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020).

A criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, como a primeira política pública de nível nacional do Brasil República voltada à Educação Profissional espelhou as transformações político-sociais e econômicas do país em seu processo histórico, se estabelecendo como principal alternativa para a formação técnica profissional. Devido a isso, muitos estudos voltados à área da Educação se utilizam dessa instituição como espaço e objeto de pesquisa com suas diversas nomenclaturas ao longo de sua existência.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Para obtenção dos dados a serem analisados, foi feita uma consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes no dia 20 de julho de 2020, em que foi utilizado o descritor “Escola de Aprendizizes Artífices” entre aspas duplas. Dessa busca, retornaram 37 trabalhos, dentre os quais 13 são teses, 22 dissertações acadêmicas e 2 profissionalizantes, que tem seu recorte temporal entre os anos 1997 e 2019, sendo estes, respectivamente, o primeiro e o último ano de ocorrência. Um das formas de uso da *internet* na pesquisa científica, como descrevem Fragoso, Recuero e Amaral (2015, p. 17), “é a de instrumento de coleta de dados”, e

nesse contexto, esta pesquisa se encaixa na modalidade de pesquisa na *internet* por ter sido esse o espaço no qual os dados foram coletados.

No que tange ao entendimento do uso do termo “estado do conhecimento” para descrição dos procedimentos realizados e do escopo do mapeamento, observamos que difere de “estado da arte”, que é mais abrangente e especializado. Ademais, essa pesquisa se enquadra na categoria “metodologia da prática”, descrita por Morosini (2015, p. 114) na perspectiva de uma aprendizagem colaborativa e que, portanto, mostra o estado do conhecimento acerca das escolas supracitadas.

O resultado do levantamento na Capes demandou que esses fossem sistematizados para análise. Assim, foram criados 3 quadros contendo as referências dos trabalhos encontrados: o Quadro 02 apresentando as 13 teses; o Quadro 03, as 22 dissertações; e o Quadro 04, os 2 trabalhos de mestrados profissionais; totalizando 37 trabalhos.

Após a sistematização, a análise se iniciou pelo título dos estudos, buscando os termos “Natal” e “Rio Grande do Norte”, usados como delimitadores deste estudo. Esse procedimento permitiu notar que a maioria dos estudos tem suas tratativas com enfoque regional, com apenas 2 trabalhos divergindo dessa condição. Além dos títulos, foram analisados também os resumos e as palavras-chaves, em busca de indícios que remetessem aos delimitadores já descritos, tendo como resultado a seleção de 3 produções, quais sejam: Gurgel (2007), Sousa (2015) e Silva (2016), que serão analisadas no item 4.1. Esses três estudos apresentam um panorama focalizado nas seguintes categorizações: formação profissional e trajetória institucional da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal/Rio Grande do Norte, conforme os objetivos declarados nos trabalhos, e são essas as categorias que serão analisadas.

**Quadro 02** – Teses sobre a Escola de Aprendizizes Artífices, Brasil (2000–2017)

Nº	REFERÊNCIAS
1	QUELUZ, G. L. <b>Concepções de Ensino Técnico na República Velha. Estudo dos Casos da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná, do Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre e o Serviço</b>

	<b>de Remodelação 1909 e 1930.</b> 2000. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
2	LIMA, M. <b>O desenvolvimento histórico do tempo socialmente necessário para a formação profissional:</b> do modelo correccional-assistencialista da escola de aprendizes artífices do Espírito Santo ao modelo tecnológico-fragmentário do CEFETES. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.
3	AMORIM, M. L. <b>Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná:</b> projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942-1963). 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
4	GURGEL, R. D. F. <b>A Trajetória da Escola de Aprendizes de Natal:</b> República, Trabalho e Educação (1909-1942). 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
5	PEREIRA, B. M. <b>A Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET-MG, na voz de seus alunos pioneiros.</b> 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
6	MATOS, E. A. S. A. <b>Fios emaranhados:</b> tecnização, civilização e educação tecnológica. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
7	CANDEIA, L. <b>Mente amore pro patria docere:</b> a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909 - 1942). 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
8	BENTES, A. N. <b>O patrimonialismo como cultura institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.</b> 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
9	SOUSA, F. C. O. <b>Em nome da ordem e do progresso:</b> a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971). 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
10	BRAUN, M. S. A. <b>Cursos e percursos da Educação Profissional na Escola da Rede Federal do Ceará de (1960 - 1980).</b> 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
11	MANSO, E. A. <b>O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás:</b> A Trajetória histórica do campus Goiânia. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
12	SILVA, L. M. C. <b>Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte:</b> entre o desejável e o possível. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
13	CARVALHO, M. A. M. <b>Nilo Peçanha e o sistema federal de Escolas de Aprendizes Artífices (1909 a 1930).</b> 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020).

Foi observado que, com exceção dos trabalhos de Queluz (2000), originário de um Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, e o de Carvalho

(2017), que é de História Econômica, os demais estudos são provenientes de programas da área de Educação, dentre os quais se encontram os trabalhos selecionados para análise: Gurgel (2007), Sousa (2015) e Silva (2016), todos provenientes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Quadro 03** – Dissertações sobre a Escola de Aprendizes Artífices, Brasil (1997–2019)

Nº	REFERÊNCIAS
1	MADEIRA, M. G. L. <b>Uma incursão na memória da educação cearense: a experiência da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (1910 - 1918).</b> 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
2	MARQUES, J. H. M. <b>A Educação Física na Escola Técnica Federal de Minas Gerais e a Política Nacional para a área: diferenças nos discursos?</b> 1998. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais, Belo Horizonte.
3	D'ANGELO, M. <b>Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo: um projeto das elites para uma sociedade assalariada.</b> 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
4	SOUZA, A. C. R. <b>A Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas. Os Caminhos de sua Implantação e Consolidação: 1909-1942.</b> 2002. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
5	PATRÍCIO, S. <b>Educando para o trabalho: A Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe (1910-1930).</b> 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
6	GOMES, L. C. G. <b>Imagens não cotidianas: escola de aprendizes artífices de Campos (1910-1942).</b> 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.
7	CINTRA, MARIA CRISTINA. <b>O processo de aprendizado do ofício de alfaiate em Florianópolis: 1913-1968.</b> 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
8	KUNZE, N. C. <b>A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941).</b> 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
9	PANDINI, S. <b>Escola de aprendizes artífices do Paraná: viveiro de homens aptos e úteis (1910-1928).</b> 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
10	MOURA, E. C. M. <b>O Ensino de Matemática na Escola Industrial de Cuiabá/MT no Período de 1942 e 1968.</b> 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.
11	MARQUES, Z. M. S. <b>Presença de alunos negros no ensino profissionalizante na Primeira República em Cuiabá.</b> 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

12	MARQUES, S. S. L. <b>Práticas de in(ex)clusão:</b> o currículo da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina (1909-1922). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.
13	SILVA, S. S. <b>A Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo e a Rede Federal de Educação Profissional (1909-1930).</b> 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
14	ZANLORENSE, M. J. <b>Educação para o trabalho:</b> a criação das Escolas Técnicas no Paraná (1900-1950). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
15	PIRES, M. A. <b>Imagens Institucionais da Modernidade:</b> a educação profissional em Goiás (1910-1964). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
16	SA, H. G. M. <b>A transferência da Escola de Aprendizes Artífices da cidade de Goiás para a nova capital:</b> contribuições para a construção da memória do IFG. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
17	SILVA, E. P. <b>A Trajetória do Cálculo e da Disciplina Matemática do IFSP:</b> das Escolas de Aprendizes Artífices ao CEFET-SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
18	SANTANA, R. F. C. <b>Contribuições para o debate sobre cultura científica no IFBA:</b> o caso das licenciaturas no campus de Salvador. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.
19	BRITO, A. F. O. <b>O diário de classe e a cultura material escolar do curso técnico regular em mecânica da Escola Técnica Federal de São Paulo (1986-1989).</b> 2016. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
20	PAISLANDIM, I. F. <b>O Instituto Federal de Goiás (IFG) de 1999 a 2014:</b> Narrativas dos servidores técnico-administrativos. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão.
21	FIGUEIREDO, T. M. R. V. <b>O Brasil moderno e a educação para o trabalho em Cuiabá:</b> a Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1942). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
22	BARBARESCO, C. S. <b>Saberes a ensinar aritmética na Escola de Aprendizes Artífices (1909-1937) lidos nos documentos normativos e livros didáticos.</b> 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020).

Das 22 dissertações levantadas na pesquisa, 13 foram defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, sendo as demais em mestrados de: Tecnologia (MARQUES, 1998); História Econômica (D'ANGELO, 2000); História da Ciência (SOUZA, 2002); Educação Matemática (MOURA, 2012); História (ZANLORENSE, 2013); Ensino de Matemática (SILVA, 2015); Cultura e Sociedade (SANTANA, 2016); Educação: História, Política, Sociedade (BRITO, 2016); e

Educação Científica e Tecnológica (BARBARESCO, 2019). Considerando que a pós-graduação no Brasil, em termos históricos, é assunto recente, tendo sua primeira citação legal no Artigo 94 do Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946, e que “[...] Em boa medida, mas não exclusivamente, era extensão da própria carreira docente” (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011), era previsível que a maior representatividade fosse dos programas na área da Educação.

**Quadro 04** – Dissertações de Mestrados Profissionais sobre as Escolas de Aprendizizes Artífices, Brasil (2003–2004)

Nº	REFERÊNCIAS
1	PIMENTEL, N. C. P. <b>Educação Técnica e Região - Um estudo do CEFET - Campos</b> . 2003. (Profissionalizante em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Sociedade Brasileira de Instrução, Rio de Janeiro, 2003.
2	OLIVEIRA, L. C. F. <b>Projeto de Criação e Implantação da UNED - Cidade de Goiás</b> . 2004. (Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia

**Fonte:** Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020).

Além das teses e dissertações, também foram apresentados os resultados dos trabalhos de programas profissionalizantes em áreas diversas da Educação e voltados à gestão, sendo eles nas áreas de Planejamento Regional e Gestão de Cidades (PIMENTEL, 2003); e Gestão do Patrimônio Cultural (OLIVEIRA, 2004).

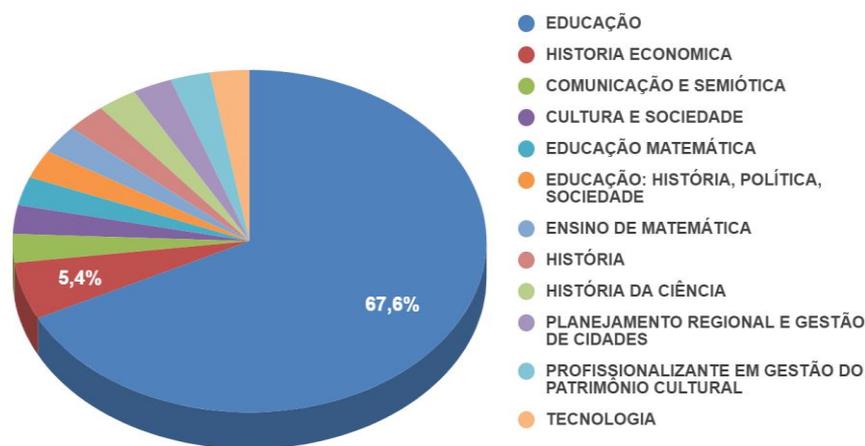
É interessante notar que a diversificação das áreas que estudam o tema teve sua representação em exatas (matemática e tecnologia), mas segue sendo discutido com mais frequência na área de Humanas, ganhando nuances político-sociais e econômicas que rompem os limites das análises acadêmicas e escolares, alcançando *status* de cidadania ao inquirir como a sociedade afeta a educação pública, sobretudo a profissional, com suas imposições e exigências ditatoriais, impedindo uma formação omnilateral em contraponto às pesquisas que indicam como a escola/educação afeta à sociedade, trazendo mais equilíbrio ao contexto da pesquisa educacional do Brasil. Tal interpretação corrobora o pensamento de Moura (2013, p. 707) quando afirma que, a subsunção da educação ao mercado é impeditiva da formação omnilateral, politécnica ou integral, conceituada

originalmente “na obra de Marx e Engels,” e “na escola unitária, de Gramsci,” pois essa tem como princípios referenciais a autonomia e a emancipação dos homens no processo de formação para o trabalho.

Com base nos dados levantados nesta pesquisa, foi elaborado o Gráfico 01, por meio do qual são apresentados os programas de pós-graduação dos trabalhos com temática que envolve a Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil de 1997 a 2019.

16

**Gráfico 01:** Programas de Pós-Graduação com trabalhos que tratam de Escolas de Aprendizes Artífices - Brasil (1997-2019)



**Fonte:** Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020)

Considerando-se a necessidade de sistematização dos resultados para a discussão, foram também elaborados gráficos e quadros com os dados levantados para auxiliar na análise dos estudos no tópico a seguir.

#### **4 Panorama da produção acadêmica acerca das Escolas de Aprendizes Artífices do Brasil (1997-2020)**

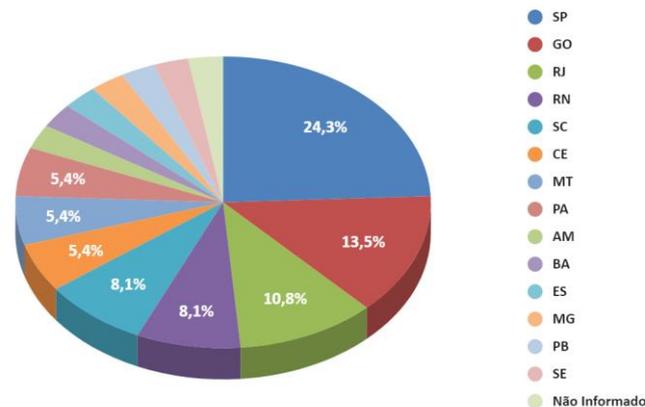
No panorama dos 37 trabalhos levantados, 23 apresentam o período de estudo em seu título, sendo 16 dissertações e 7 teses, o que facilita a visualização do período histórico.

Vimos que as escolhas das palavras usadas nos títulos também remetem à intenção dos autores na abordagem dos temas, como as palavras “caminhos” e “trajetórias”, as quais são usadas nos estudos que descrevem transformações históricas e as palavras “úteis”, “aristocracia”, “in(ex)clusão” utilizadas nos estudos que apresentam pontos que divergem entre a educação formativa e a tecnicista.

As 37 produções estão distribuídas nas grandes áreas do conhecimento, sendo 29 trabalhos na área de Ciências Humanas, 6 Multidisciplinares e 2 nas Ciências Sociais Aplicadas, que foram produzidas em 23 instituições e 14 programas de pós-graduação no período de 1997 a 2019, sendo 9 destes no estado de São Paulo e apenas 2 desses programas são da área de História.

O Gráfico 02 apresenta o total de estudos que tratam de Escolas de Aprendizes Artífices por estados, e o Mapa 01 a distribuição desses estudos no Brasil.

**Gráfico 02:** Trabalhos que tratam de Escolas de Aprendizes Artífices por Estado do Brasil (1997-2019)

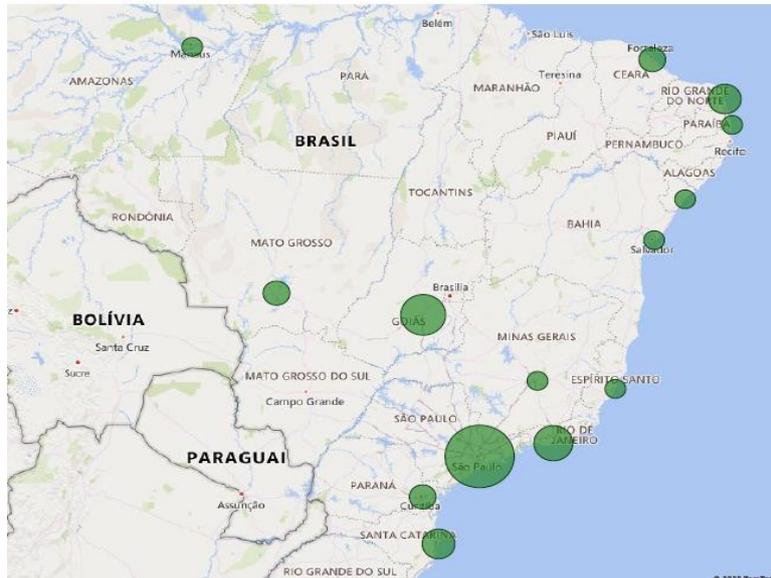


**Fonte:** Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020)

O Mapa 1 mostra, ainda, que há 12 estados que não tiveram a temática Escolas de Aprendizes Artífices abordada nos estudos realizados em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, são eles: Acre, Alagoas, Amapá,

Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins.

**Mapa 01:** Distribuição dos trabalhos sobre Escola de Aprendizizes Artífices por Estado (1997-2019)



**Fonte:** Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020)

Como constatado previamente, o foco regional prevalece na maioria dos estudos levantados nesta pesquisa. Por esse motivo, foi elaborado o Quadro 05, com os estados e a quantidade de trabalhos que os citam direta ou indiretamente nos títulos.

**Quadro 05** - Estudos com a temática Escola de Aprendizizes Artífices com foco regional, por Estados do Brasil (1997-2019)

ESTADO	DESCRIPTOR NOME DO ESTADO	OUTROS DESCRITORES (NOME DE CIDADE OU SIGLA DA INSTITUIÇÃO)	TOTAL
Goiás	5	-	5
Mato Grosso	2	3 (Cuiabá)	5
Paraná	4	-	4
São Paulo	2	1 (IFSP)	3

Rio Grande do Norte	2	1 (Natal)	3
Espírito Santo	2	-	2
Ceará	2	-	2
Minas Gerais	2	-	2
Amazonas	2	-	2
Rio de Janeiro	0	2 (Campos / Campos Goytacazes)	2
Santa Catarina	1	1 (Florianópolis)	2
Sergipe	1	-	1
Paraíba	1	-	1
Bahia	0	1 (Salvador)	1
<b>TOTAL</b>	26	9	35

**Fonte:** Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020)

A baixa representatividade da Região Norte em estudos com enfoque regional sobre a Escola de Aprendizizes Artífices é compreensível, dado que os únicos estados a receberem uma EAA da região foram o do Amazonas e o do Pará. Os estados do Acre, do Amapá, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins não existiam na época da criação dessas escolas, sendo Rondônia, Roraima e Tocantins inseridos na RFEPCT sobre a nomenclatura de Escola Técnica Federal pela Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), e os estados do Acre e do Amapá, também como Escola Técnica Federal, foram criados pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007).

Ainda analisando as produções sobre a perspectiva regional, constatou-se que as regiões estudadas nas produções analisadas nem sempre são as da instituição investigada na pesquisa. Essa assincronicidade pode ser vista no Quadro 06, que apresenta a quantidade de trabalhos por estado e região e a quantidade de trabalhos que estuda sobre locais da região.

**Quadro 06** - Produções com a temática Escola de Aprendizizes Artífices por Estados e por regiões do Brasil e quantidade de temas por região (1997-2019)

REGIÃO	ESTADO	PRODUÇÃO	TRABALHOS	TEMAS
Sudeste	SP	9	15	9
	RJ	4		
	ES	1		
	MG	1		
Nordeste	RN	3	8	8
	CE	2		
	PB	1		
	SE	1		
	BA	1		
Centro-Oeste	GO	5	7	10
	MT	2		
Sul	SC	3	5	6
	PA	2		
Norte	AM	1	1	2
Não Informado			1	2
<b>TOTAL</b>			<b>37</b>	<b>37</b>

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa (2020).

Como pode ser notado, a região com maior número de produções é a Sudeste, totalizando 15, porém, apenas 9 trabalhos dos analisados neste estudo têm como tema instituições dessa região. O inverso ocorre na Região Centro-Oeste, que possui 7 produções e foi abordada em 10 dos trabalhos analisados, o que nos indica que não há, necessariamente, uma correlação entre as instituições de origem das produções e as abordadas nos estudos produzidos.

#### 4.1 O que pesquisaram sobre a Escola de Aprendizizes Artífices de Natal?

A inauguração das Escolas de Aprendizizes Artífices teve início em 1º de janeiro de 1910, e nessa data foi inaugurada a de Natal. Essa começou ofertando ensino primário e oficinas de trabalhos manuais no antigo prédio do Hospital da Caridade, no Bairro Cidade Alta. Em 1914 ocorreu a transferência para o prédio da avenida Rio Branco, onde hoje funciona o *Campus* Cidade Alta do Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). No ano de 1942, ainda nesse prédio, começa a oferta de cursos técnicos de nível médio, e é quando a Escola passa a se chamar Escola Industrial de Natal, conforme a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que reconhece as Escolas Industriais como autarquias, recebendo o nome de Escola Industrial Federal em 1965 (IFRN, 2009).

No ano de 1967, a nova sede localizada na Avenida Salgado Filho, no Tirol, passou a funcionar, e em 1968 passou a se chamar Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) (IFRN, 2009). Entre os cursos ofertados no ano de 1975 estavam os de Mineração, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica e Edificações, este último teve o primeiro ingresso feminino nos cursos regulares da escola, da aluna Nelma Sueli Marinho de Bastos, transferida do Rio de Janeiro (IFRN, 2009).

Em 1994, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é iniciada no Rio Grande do Norte – RN, sendo inaugurada a Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró/RN, iniciando suas atividades no ano seguinte. O Decreto de 18 de janeiro de 1999 transformou a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte em Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN), como foi determinado na Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1999).

Através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RN passa a ser IFRN, inaugurado sob a nova institucionalidade. Já em 2009, 6 novos *campi* são inaugurados no RN, a saber: os *campi* Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó, somando-se aos já existentes Natal-Central, Natal-Zona Norte e Mossoró. Posteriormente, foram criados os *campi* Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, Lajes, Natal - Cidade Alta, Natal-Zona Leste (EaD), Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi (IFRN, 2009), totalizando atualmente 21 *campi*.

A construção histórica da Educação Profissional potiguar está intrinsecamente ligada à Escola de Aprendizes Artífices de Natal, e às mudanças que ocorreram em âmbito nacional incidiram na sua trajetória institucional e

organizacional (FERNANDES, 2017).

Com o propósito de promover maior visibilidade à história da educação profissional e à experiência da antiga Escola de Aprendizizes e Artífices de Natal, foram selecionados três trabalhos no panorama de estudos já realizados sobre essas Escolas no Brasil. Assim, serão analisados os trabalhos: A trajetória da Escola de Aprendizizes de Natal: República, Trabalho e Educação (1909-1942), de Gurgel (2007); Em nome da ordem e do progresso: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971), de Sousa (2015), e; Escola de Aprendizizes Artífices do Rio Grande do Norte: entre o desejável e o possível, de Silva (2016). Esses foram selecionados por declararem a cidade de Natal e o estado do Rio Grande do Norte como *locus* de seus estudos.

Os três estudos apresentam um panorama focalizado nas seguintes categorizações: formação profissional e trajetória institucional da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal/Rio Grande do Norte, conforme os objetivos declarados nos trabalhos. No entanto, as palavras-chave dão conta de: Escola de Aprendizizes Artífices; industrialização; disciplina; história das instituições educativas; educação escolar; ensino profissional; ensino técnico; e formação profissional.<sup>1</sup>

O trabalho de Gurgel (2007) se enquadra em pesquisa histórica com fontes documentais, abrangendo o período histórico que vai da criação das Escola de Aprendizizes Artífices (1909) até quando essa passa a se chamar Escola Industrial (1942). A autora indica que optou por esse recorte temporal “[...] em virtude de ser este último (1942) o ano que o ensino profissional sofreu significativas mudanças advindas da organização dada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial [...] e perpassa pela mencionada lei, entre outras a transformação em escola de nível secundário.” (GURGEL, 2007, p. 13-14). Esse trabalho utiliza uma interpretação crítica para

---

<sup>1</sup> Tais categorizações exprimem diálogo com produções marxianas na acepção destacada por Gomes (2019).

captar os silêncios da leitura histórica, destacando a forma repressiva de disciplina utilizada no ensino e a militarização de atividades escolares, no qual afirma:

[...] empreendemos uma pesquisa histórica sobre a criação da Escola de Aprendizes Artífices de Natal. Buscamos verificar as formas pelas quais ela contribuiu para consolidação do projeto político-ideológico de construção da nacionalidade brasileira, por meio das práticas de conteúdo patriótico e cívico-militar, dentre estas a inserção do escotismo escolar como expressão da militarização e do nacionalismo no cotidiano da Escola, bem como para a manutenção da disciplina. Examinamos, ainda, o papel do ensino profissional na imposição de modelos culturais que o crescimento das relações de produção capitalista requeria dos trabalhadores (GURGEL, 2007, p. 17-18).

O trabalho de Sousa (2015) é uma pesquisa que utiliza a “investigação documental, bibliográfica, iconográfica, aplicação de questionários e realização de entrevistas” (SOUSA, 2015, p. 8) e distinguiu três diferentes fases: a primeira vai da criação da Escola de Aprendizes Artífices até o período do Liceu Industrial (1909-1942), em que a formação profissional teve características assistencialistas; na segunda fase, período da Escola Industrial (1942-1963), a formação profissional passa a ser ofertada no nível ginásial; a terceira fase abrange o final da Escola Industrial, o período da Escola Industrial Federal até o início da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1963-1971), período em que foram adotadas medidas para readequar a formação profissional às demandas do mercado local. Considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais, é feita uma análise sobre a educação escolar desenvolvida para a formação profissional ofertada pela instituição e as necessidades da indústria estadual e nacional, na qual o autor diz: “[...] centramos a temática na educação escolar da criança e do jovem visando à formação para vida produtiva em sociedade. Decorre daí nosso objeto de estudo, cuja ênfase recai sobre a educação escolar desenvolvida para a formação profissional no âmbito da instituição pesquisada [...]” (SOUSA, 2015, p. 31).

O trabalho de Silva (2016) também é uma pesquisa histórica com fontes documentais, cujo recorte temporal se inicia na criação das Escolas de Aprendizes Artífices (1909) e vai até sua transformação em Liceus Industriais (1937), no qual se

investiga a organização de suas atividades para o atendimento do que era previsto legalmente em sua regulamentação. A autora afirma que: “[...] o estudo incide sobre a educação escolar profissional ofertada na instituição pesquisada, de acordo com o recorte cronológico definido [...]. Partimos do pressuposto de que a formação profissional pode ser realizada por diferentes instituições educativas, mas nesse estudo privilegiamos a que é realizada na escola (SILVA, 2016, p. 39)”.

Os estudos analisados têm seus recortes temporais delimitados e sobrepostos, com marcos iniciais em 1909, com a criação das EAAs e discorrendo sobre transformações ocorridas baseadas em aparatos legais, sociais e econômicos. O trabalho de Sousa (2015) abrange o maior período (1909-1971) e contém os recortes de Gurgel (1909-1942) e Silva (1909-1937). Isso indica uma lacuna temporal de 1971 até os dias atuais.

## 5 Considerações finais

Notou-se que a maioria dos estudos relacionados às Escolas de Aprendizizes Artífices tem como objeto de estudo temas com foco regional, sendo que apenas 2 dos 37 estudos levantados divergem desse padrão. Também foi percebido que, apesar do Sudeste ter produzido a maioria dos trabalhos, em um total de 15, a região que tem mais representatividade nos estudos da temática pesquisada foi a Centro-Oeste, com 10 trabalhos. Outro dado relevante é a diversificação das áreas dos programas de pós-graduação que têm abordado o tema em análise, ainda que a maior representatividade seja de Programas de Pós-Graduação na área de Educação (67%), há mais 12 (33%) programas de pós-graduação que possuem trabalhos que envolvem a temática analisada.

Os estudos sobre a Escola de Aprendizizes Artífices de Natal empreendidos por Gurgel (2007), Sousa (2015) e Silva (2016) são provenientes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, todos em nível de doutorado e disponíveis no repositório da UFRN. São pesquisas históricas com fontes documentais,

diferenciando-se somente a pesquisa de Souza (2015) no acréscimo de investigação bibliográfica e iconográfica, além da aplicação de questionários e entrevistas.

Outra semelhança entre os três trabalhos é a ênfase na educação escolar. Contudo, Gurgel (2007) traz uma análise mais crítica sobre a forma repressiva de disciplina empregada na educação durante a transição da referida escola de nível fundamental para nível secundário; já Sousa (2015) analisa a educação escolar sob o contexto da formação profissional, diferenciando da educação regular; e Silva enfatiza a organização das atividades escolares para o atendimento dos requisitos que eram previstos para a educação profissional (2016).

Observou-se que há uma lacuna histórica de estudos sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Natal e suas mudanças institucionais e organizacionais, notadamente a partir do período da reforma de ensino de 1º e 2º grau implantada no Brasil, na qual se observa a compulsoriedade obrigatória entre o ensino de 2º grau, hoje ensino médio, com a educação profissional, até aproximadamente 1984 com o término da ditadura civil-militar no país.

Tem-se a expectativa de que o trabalho resultante desta pesquisa promoverá maior facilidade a quem busca por estudos antecedentes sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Natal, no sentido de que esses estudos estarão agregados em um recurso de base tecnológica para facilitar a visualização, colaborando, portanto, para desvelar as lacunas históricas existentes em cada uma das categorias elencadas e, ao mesmo tempo, para promover estudos que tenham como *locus* a referida escola, explorando outros temas, outros problemas, novas metodologias e novos objetivos.

## Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Brasília: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 21.321, DE 18 DE JUNHO DE 1946**. Brasília: Presidência da República, 1946.

Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.670, de 8 de junho de 1993**. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%208.670-1993?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.670-1993?OpenDocument) Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Brasília: Presidência da República, 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8948-8-dezembro-1994-349799-norma-pl.html> Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto 18 de janeiro de 1999**. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/1999/decreto-49210-18-janeiro-1999-596922-publicacaooriginal-120051-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1999/decreto-49210-18-janeiro-1999-596922-publicacaooriginal-120051-pe.html) Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2011.534-2007?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.534-2007?OpenDocument) Acesso em: 16 de ago. de 2020.

BRAUN, Maria do Socorro de Assis. Educação profissional: um caminho para profissionalização pela reconstrução da memória. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–16, 2019. DOI: 10.47149/pemo.v1i2.3612. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3612>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: [www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/45/42](http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/45/42). Acesso em:

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses> Acesso em: 20 de jul. de 2020.

CARVALHO, Rita Oliveira de; FREIRE, Arlane Markely dos Santos; LEITE, Edna Xenofonte. Educação Profissional e mercado de trabalho: reflexão crítica. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p.1-11.

IFB. **Rede Federal é destaque na principal avaliação da educação básica do mundo**. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/12838-rede-federal-e-destaque-na-principal-avaliacao-da-educacao-basica-do-mundo> Acesso em: 16 de ago. de 2020.

IFRN. **Portal da Memória Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, 2009. Cronologia. Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/cronologia> Acesso em: 16 de ago. de 2020.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Conexões e desconexões: em 105 anos de educação profissional no Brasil**. 01. ed. Natal: IFRN, 2017. v. 01. 290p.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel.; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da Educação Profissional e tecnológica com a universalização da Educação Básica**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 28, n. 100 (Especial), p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf> Acesso em: 26 set. 2020.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. A presença/ausência da produção marxiana e de Manacorda nos currículos de pedagogia das universidades federais. **History of Education in Latin America - HistELA**, v. 2, p. e17199, 24 mar. 2019.

GURGEL, Rita Diana Freitas. **A Trajetória da Escola de Aprendizes de Natal**: República, Trabalho e Educação (1909-1942). 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

KUENZER, Acácia Zeneida. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: KUENZER, A. et al. **Trabalho e educação**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**: Atores e cenários ao longo da História. Jundiaí, Paco Editorial 2017.

MEC. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. (s.d) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil> Acesso em: 20 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Ministerial Report: Agricultura, 1860-1960**. s.d. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/108#?c=0&m=58&s=0&cv=310&r=0&xywh=-140%2C323%2C2389%2C1687> Acesso em: 07 jan. 2021.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes.; SILVA, Nina Maria. **A professora Lourdes Guilherme e o canto orfeônico na escola industrial de Natal (1945-1968)**. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 153-164, 2017. DOI: 10.25053/edufor.v2i6.2155. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/165> Acesso em: 13 dez. 2021.

MORITZ, Gilberto de Oliveira. MORITZ, Mariana Oliveira. MELO, Pedro Antônio de. **A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf> Acesso em: 13 fev. 2021.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, [S.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2008. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 set. 2020. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: submissão aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

SILVA, Luisa de Marilac de Castro. **Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte**: entre o desejável e o possível. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOARES, Manoel de Jesus A. **As Escolas de Aprendizes Artífices - estrutura e evolução**. **Fórum Educacional**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 58-92, jul. 1982. ISSN 0100-9591. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/view/60628>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. **Em nome da ordem e do progresso**: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

(1909-1971). 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

<sup>i</sup> **Tatiana Dantas dos Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8856-2782>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho (NECTTRA), CNPq/IFRN. Pesquisadora bolsista da Secretária de Estado de Administração do Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6447235773398248>  
E-mail: [tatiana\\_dantas@ymail.com](mailto:tatiana_dantas@ymail.com)

<sup>ii</sup> **Lenina Lopes Soares Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0517-4742>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, RN, Brasil.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Líder do Núcleo de Pesquisa em Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho (NECTTRA), CNPq/IFRN. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1487610808390702>  
E-mail: [leninasilva@hotmail.com](mailto:leninasilva@hotmail.com)

<sup>iii</sup> **Olivia Moraes de Medeiros Neta**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

Professora dos Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Pesquisadora da área de história da educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7542482401254815>  
E-mail: [olivianeta@gmail.com](mailto:olivianeta@gmail.com)

**Editora responsável:** Karla Colares Vasconcelos

### Como citar este artigo (ABNT):

SANTOS, Tatiana Dantas dos; SILVA, Lenina Lopes Soares; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. Escolas de Aprendizizes Artífices do Brasil e as pesquisas sobre a Escola de Natal no Rio Grande do Norte. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.